

Apresentação

*Primum non nocere*¹.

Parâmetro fundamental da ética médica, o princípio da não-maleficência foi uma importante lição legada pelo *corpus hippocraticum* desde a antiguidade. Ao perceber os próprios limites que a atividade médica possuía, Hipócrates, em um texto de sua provável autoria, afirmou categoricamente a necessidade de evitar ou minimizar os efeitos maléficos de qualquer atitude para outrem. Porém, apesar das práticas médicas terem a prioridade em não propagar o maior sofrimento em seus pacientes, atitude semelhante não foi evidente em algumas políticas em exercício durante a pandemia de COVID-19.

A segunda década do século XXI vivenciou o ressurgimento de movimentos políticos neoreacionários, cujas pautas políticas vão além da intolerância às minorias, pois acrescentam o negacionismo científico como a principal ferramenta da sua retórica de ódio. Ao criar inúmeras narrativas baseadas em *fake News*, os chefes do executivo de inúmeros países agravaram aos efeitos sociais da pandemia de COVID-19 ao instigar a ruptura da hierarquia do sistema democrático, desestabilizando as demais autoridades que fiscalizam seus poderes. Aliás, a comunidade científica e a imprensa também foram alvo de constantes ataques organizados de forma sistemática, em redes digitais que propagavam a difamação e os descredibilizavam diante da opinião pública.

A partir desses últimos acontecimentos, no qual se expõe as diversas formas e relações políticas diante da maior crise da saúde pública, dos últimos anos, decorrente da pandemia da COVID-19, a Equipe Editorial da *Revista Espacialidades*

¹ Do latim: “primeiro, não prejudicar”. É uma máxima da ética médica que fundamenta o princípio da não-maleficência, alertando para que os profissionais da saúde jamais devem fazer o mal, ou seja, optar em escolhas que agravem a dor e o sofrimento de algum paciente.

publica o Volume 17.1, com o dossiê temático **História das Doenças e Produção de Espaços**. Desde os antigos templos de Asclépio, *Asclepeion*, aos leprosários, sanatórios e hospitais modernos, observa-se que as enfermidades mobilizam o comportamento e a mentalidade dos sujeitos em uma determinada sociedade. Portanto, foram selecionados para compor esse dossiê temático pesquisas que demonstram como patologias, surtos epidêmicos e pandemias alteraram dinâmicas econômicas, políticas e sociais que causaram a criação de diversos tipos de espacialidades, seja para segregação dos enfermos ou cura, ao longo de cada período histórico, aqui seguindo uma ordem cronológica, com o intuito de evidenciar como ao longo da atividade humana na Terra nos relacionamos com esse campo.

Iniciando o dossiê temático temos o artigo intitulado *Doenças e Espacialidade no Édipo Tirano de Sófocles* de Mateus Dagios, Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Especialista em Estudos Clássicos pela Universidade de Brasília e Cátedra UNESCO Archai, no qual é desenvolvido uma reflexão sobre como o espaço na encenação da tragédia grega de Sófocles, Édipo Tirano de 427 a.C. representou a epidemia de tifo, conhecida como Peste de Atenas, ocorrida entre 430 a. C. e 426 a.C. A hipótese da pesquisa de Dagios é de que a doença (nóso), durante a Peste de Atenas, impulsionou o processo de ressignificação que os atenienses tinham das instituições sociais da *pólis*.

O artigo de Ronaldo Vainfas, Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP) e Professor aposentado da Universidade Federal Fluminense (UFF) e atualmente Professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), intitulado *Hermafroditas nos séculos XVI e XVII: Intersexualidade impossível* procura abordar sobre a relação entre o conceito tradicional do hermafroditismo com o conceito contemporâneo da intersexualidade. O autor apresenta o hermafroditismo como algo excluído e punido e a intersexualidade como uma identidade afirmativa. Baseando-se nos processos judiciais ibéricos do século XVI e XVII, Vainfas investiga o processo

contra a freira portuguesa Claudiana da Natividade a partir da transcrição de um manuscrito inédito.

Em, *Entre a peste e o rei: Posições de colaboração e de conflito da Câmara de Lisboa e da monarquia na segunda metade do século XVI e nos primeiros anos do século XVII*, o autor Rodrigo Franco da Costa, Doutor em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História Social (PPGHIS-UFRJ), discute as relações de colaboração e de conflito entre os reis de Portugal Filipe I e Filipe II (respectivamente, Filipe II e Filipe III da Monarquia Católica) e o poder local de Lisboa, em especial, a sua Câmara Municipal nos tempos de peste. Analisando as estratégias de ambos os poderes para lidar com a peste da cidade, ao mesmo tempo, são observadas as motivações dos conflitos entre a Câmara lisboeta e a monarquia.

Em seguida, as autoras Joana Balsa de Pinho, Historiadora da arte, da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, e Edite Martins Alberto, Historiadora do Centro de Humanidades, CHAM - NOVA FCSH, analisaram o Hospital Real de Todos os Santos, o primeiro edifício público hospitalar de iniciativa régia em Portugal, fundado em 1495, em Lisboa, no artigo *Cidade e saúde: O Hospital Real de Todos os Santos de Lisboa (séculos XVI-XVIII)*. Entendendo que o edifício, marcou o desenho da cidade, dos seus espaços públicos e de circulação, tornando-se um símbolo do poder régio e de urbanidade. O texto contribui para a compreensão do desaparecido edifício e para a sua caracterização como espaço de saúde, mas também local social, elemento ordenador do espaço urbano, e símbolo cívico, prestigiador dos seus promotores.

Já Philippe Manoel da Silva Moreira, doutorando em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e Professor da Educação Básica da Rede Privada de Ensino do Rio de Janeiro escreveu o artigo: *Rodeados por Ikú: Diálogos transatlânticos sobre mortalidade, doenças e curas entre africanos centro-ocidentais no escravismo do Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX* que se propõe discutir a mortalidade, doenças e

curas, na região da África Centro-Occidental e a relação com o tráfico negro atlântico, até o Rio de Janeiro. A partir das fontes históricas extraídas do Arquivo Histórico Ultramarino, Biblioteca Municipal de Luanda e o Banco de Dados do Tráfico Transatlântico de Escravos é possível compreender a complexa relação da escravidão na espacialidade entre o continente africano e a cidade do Rio de Janeiro.

Em seguida, Patrick Silva dos Santos, doutorando em Sociologia pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGS), da Universidade Federal Fluminense (UFF), e Professor da Rede Estadual de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC/RJ), estuda os processos de reorganização da cidade do Rio de Janeiro orientados ideologicamente pela perspectiva do combate ao outro, “enfermo” e portador *a priori* das moléstias que assolaram a capital imperial, mais tarde capital da República, no artigo *Do Império à República: Epidemias justificadoras da estigmatização e segregação espacial na cidade do Rio de Janeiro*. Sabendo que as epidemias de febre amarela que eclodiram no Rio de Janeiro, desde os tempos do império foram creditadas aos segmentos populacionais já estigmatizados daquela sociedade, neste sentido, o objeto de investigação estabelecido pelo autor, se dá em torno dos usos ideológicos da doença a partir das experiências com a febre amarela.

No artigo *Viagem a serviço do estado: Epidemia de febres intermitentes como justificativa para a implantação da pecuária no Sudeste do Pará (1890-1910)* escrito em coautoria entre Heraldo Márcio Galvão Júnior, doutor em História pela Universidade Federal do Pará (UFPA) e Professor Adjunto do curso de História da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA) e José Carlos dos Santos Júnior, graduando em História na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, fazendo parte da Iniciação Científica “Sul e Sudeste do Pará: identidade e história pela ótica de Ignácio Baptista de Moura (1890-1910), é analisada as documentações das viagens de Ignácio Moura para Itacayunas, em 1898, numa expedição financiada pelo governador do Pará, Lauro Sodré, para sanar a epidemia de malária. As documentações apresentam visões sobre um suposto desenvolvimento civilizacional que seria ocasionado a partir da defesa da

atividade pecuarista e saneamento rural para região do Pará. Assim, por meio da literatura de viagens, os autores observam como foi construída as concepções de espacialidade político-social da região amazônica paraense.

Sobre o processo de institucionalização da assistência à saúde pública no estado do Pará, nos finais do século XIX e início do século XX, há o artigo *Da caridade à ciência: A assistência à saúde pública no Pará entre os séculos XIX e XX* escrito por Sílvia Ferreira Rodrigues, Bacharel e Licenciado em História pela Universidade Federal do Pará (UFPA), Mestre e Doutor em História Social da Amazônia pela mesma instituição. A pesquisa buscou por uma ampla documentação de relatórios, ofícios de autoridades, correspondências do serviço sanitários que demonstram como as instituições de saúde organizada por meio da caridade tornou-se espaço para exercício da medicina científica moderna.

Já Thaís Teixeira do Nascimento, licenciada em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e mestranda em História pela mesma instituição analisa os impactos que as dinâmicas políticas tiveram sobre as ações da saúde pública e sanitárias durante a primeira república no artigo *O impacto da falta de acesso às ações sanitárias sobre a saúde no Amazonas (1907-1912)*. Ao investigar sobre a situação das doenças tropicais, os documentos e relatórios dos presidentes do Estado do Amazonas e membros da Assembleia Legislativa, entre 1907 e 1912, observa-se como a administração pública criou fronteiras sanitárias da região amazônica, porém sem solucionar os problemas da saúde na região, durante as disputas pela construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré.

No texto, *O combate à lepra no Rio Grande do Norte: A construção do Leprosário São Francisco de Assis durante as primeiras décadas do século XX*, de Isa Cristina Barbosa Antunes, Mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), podemos acompanhar uma discussão sobre os debates médicos travados

sobre a enfermidade, observando como eles influenciaram a construção do leprosário potiguar. A autora utiliza em sua análise os discursos dos membros da Comissão de Profilaxia da Lepra veiculados na revista *Brazil-Médico*, as mensagens dos Presidentes de Estado retratadas na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte e textos dos principais jornais que circulavam na cidade.

O autor, Rafael Nóbrega Araújo, doutorando em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), investiga no artigo *A Paraíba sífilizada: A construção de um espaço doente, discursos médicos, sífilis e instituições sanitárias (1921-1927)*, os discursos médicos e a constituição de políticas públicas no enfrentamento da endemia da sífilis no referido estado. Observando, nesse recorte, como médicos, políticos e jornalistas construíram em seus discursos a representação de um espaço doente, de uma Paraíba marcada pela sífilis do litoral ao sertão, chamando a atenção para o combate dessa doença.

Na sequência, o artigo *Fria e seca: A melancolia em São Paulo nos diagnósticos de Antonio Carlos Pacheco e Silva (1920-1940)*, escrito pelos autores Lucciano Franco de Lira Siqueira, mestrando do Programa de Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Santo Amaro, Carolina Maia Blois Moucherek, mestranda do Programa de Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas e pesquisadora do Grupo de Pesquisa Ciência, Saúde, Gênero e Sentimento CISGES/UNISA/CNPq, e, Thayná Alves Rocha, graduada em História pela Universidade Santo Amaro (UNISA), estuda a melancolia na cidade de São Paulo entre as décadas de 1920 a 1940, como possibilidade de análise da história da doença na fabricação dos espaços, no caso, recuperados a partir de diagnósticos médicos presentes no manual *Psiquiatria Clínica e Forense* organizado por Antonio Carlos Pacheco e Silva.

No artigo *Biopoder e Saber Médico: normatização, vigilância e controle de corpos tuberculosos (Brasil, 1920 – 1970)* escrito em coautoria por Francisco Egberto de Melo, professor de História da Universidade Regional do Cariri (URCA) e Doutor em Educação pela Universidade Federal do Ceará, junto com Raiza Amanda Gonçalves Souza, graduanda em enfermagem pela Universidade Regional do Cariri (URCA) e Deyvillanne Santos Oliveira dos Anjos graduanda em História pela Universidade Regional do Cariri (URCA) se estabelece uma investigação sobre o conceito de biopoder a partir da criação do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP) no combate contra a tuberculose no Brasil durante os anos de 1920 e 1970. Foram investigados documentos institucionais, relatos e jornais para analisar as práticas cotidianas que criavam espaços de controle e vigilância das pessoas ante ao medo da propagação da tuberculose, como nas escolas e hospitais como o Hospital Manuel de Abreu na cidade do Crato, no Ceará.

Na sequência, Leonardo Querino B. Freire dos Santos, Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) e Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP), analisa no artigo *A saúde paraibana nos anos 1930: Novas espacialidades e processos de disciplinarização*, a reorganização da Diretoria Geral de Saúde Pública da Paraíba, realizada em 1935, buscando compreender como ela dialoga com o projeto de centralização política e com a ideologia de valorização do trabalho implementados ao longo do governo de Getúlio Vargas. Na saúde pública paraibana, estes processos foram traduzidos em uma maior capilarização socioespacial da ação estatal e no incremento de ações voltadas à saúde do trabalhador, suscitando novas práticas de cuidados com o corpo e produção dos espaços.

No artigo *A arte construindo identidade(s) na Colônia Santa Isabel (1931-1982)*, da autoria de André Luiz de Jesus Bueno, mestrando em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais e Historiador da Fundação Artística Cultural de Belém e Polyana Aparecida Valente - Pós-doutoranda da Fiocruz no campo da Saúde Coletiva e Professora da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) em Ibitiré,

apresentando a Colônia Santa Isabel (1931-1982), como o primeiro sanatório edificado em Minas Gerais, idealizado pelo saber médico, e orientado pelas conferências profiláticas de isolamento aos acometidos pela hanseníase. Ainda discorrem sobre como os asilados construíram identidades artísticas de resistência e pertencimento durante a experiência de segregação terapêutica. Para operar a análise, os autores partiram da análise documental e de entrevistas pertencentes ao acervo da Fundação Artístico Cultural de Betim – FUNARBE no desenvolvimento do Inventário Participativo da Colônia.

Em seguida, o autor Gustavo Luiz Frisso, mestrando em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), no texto *O regime político da homossexualidade e a migração sexual: Discutindo espaços, sexualidade e HIV/Aids*, discute sobre a migração sexual, unindo o HIV/Aids à relação espacial, a partir de perspectivas complementares, como as práticas do cotidiano de Certeau (1984) são adequadas à migração sexual de Carrillo (2004, 2010) sob a óptica da Nação Heterossexual de Ochy Curiel (2013).

Encerrando o dossiê temático, temos o artigo *A questão da saúde indígena nos territórios sociais do Rio Grande do Norte: Apontamentos sobre o período colonial e a pandemia da covid-19*, de Victor André Costa da Silva, doutorando em História pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), no qual o autor, analisa os principais desafios encarados pelos povos indígenas no Rio Grande do Norte quanto à questão da saúde em seus *territórios sociais*, suscitando reflexões referentes tanto ao período colonial quanto aos dias atuais no contexto da pandemia da Covid-19. Através da análise de fontes documentais do período colonial; de dados oficiais dos governos mais recentes; e relatos orais de lideranças indígenas no estado, percebeu-se as intensas relações entre o acesso à terra e à saúde de qualidade, assim como, a contínua resistência dos povos indígenas, no período colonial e também atualmente no Rio Grande do Norte.

Abrindo a sessão livre, temos o artigo *Usos e Abusos das Matas: Administração e controle das madeiras na comarca das Alagoas (1789 – 1799)* escrito por Felipe dos Santos Silva, mestrando em História Social pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). O autor analisa a criação da Conservadoria das Matas de Alagoas, a partir da atuação de José de Mendonça de Matos Moreira que era juiz conservador no período de 1789 – 1799. Analisando documentos da administração portuguesa, localizados no Arquivo Histórico Ultramarino, Silva pretende investigar sobre os conflitos políticos que envolveram o controle do espaço natural das matas da comarca de Alagoas.

No artigo de Lucymara da Silva Carvalho, intitulado *Um estudo sobre o cotidiano e a prostituição no Beco da Energia, em Feira de Santana (BA) 1950 – 1960*, a mestranda em História Social pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) analisa a história do espaço do Beco da Energia em contraponto às narrativas historiográficas sobre a memória dos antigos moradores e frequentadores do local. Avaliando entrevistas orais, e periódicos como o Jornal Folha do Norte e os Códigos de Posturas Municipais, Carvalho problematiza a formação da memória sobre o espaço de Feira de Santana (BA).

No artigo *A implantação da Zona Rural como um “celeiro da Capital”. O exemplo do Rio de Janeiro (1917-1935)*, da autoria de Leonardo Soares dos Santos, Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), e atualmente Professor e pesquisador no Departamento de Fundamentos da Sociedade do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional, do Pólo Universitário da UFF, encontramos um debate sobre a zona rural sendo estudada não como um espaço estático, alvo de tributos, mas um território dinâmico, que passava a ser lido e entendido em conjunto com as relações sociais que nele vigorassem, e não como se fosse algo a parte. Com base na análise de textos legislativos, material jornalístico e pronunciamentos oficiais, neste artigo se observa a maneira como a região é pensada.

Encerrando a sessão livre a autora Aline Canuto da Silva, mestranda em História, na Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (EFLCH), da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), elabora questionamentos no artigo *Inventariando o patrimônio urbano não-tombado: Campo Casarão - Vila Augusta, Guarulhos-SP*, sobre a identificação de patrimônio edificado não-tombado no município citado, em via do instrumento de inventário do patrimônio, baseado no modelo do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC). Entendendo o inventário como formatador do ato de historiar e preservar, remontam-se acervos textuais, iconografia e bibliografia visando a trajetória, particularidades, pluralidade dos usos e as relações sociais e atores em torno da edificação. Problematizando a temática da representatividade do patrimônio cultural urbano nas dinâmicas de espacialidade em âmbito público-privado, isto é, a existência e/ou ausência(s) de políticas e práticas de preservação, em face de outras políticas pactuadas, como da especulação imobiliária

Na sessão “Resenhas”, iniciamos pelo texto intitulado *Medicina e política em tempos de pandemia: Ensinos históricos de ciência e sociologia* produzido por Mayler Olombrada Nunes de Santos, mestrando em Performances Culturais pela Universidade Federal de Goiás (UFG) no qual discorre sobre a obra *A Grande Gripe* (2020) de John Barry, narrativa que registra aspectos da gripe espanhola em 1918, descrevendo como o vírus causou a morte de milhões de pessoas em todo o mundo, além disso é possível acompanhar na obra a transformação vivida pela ciência e pela medicina.

Em seguida acompanhamos a resenha *Por uma teoria antropológica da arte: Alfred Gell em Arte e Agência* escrita por Marina de Jesus Spindola, mestranda em História pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) quando é exposta a obra do antropólogo britânico Alfred Antony Francis Gell (1945 – 1997) e sua investigação acerca dos instrumentos e artefatos ritualísticos como manifestações artísticas produzidas nas comunidades da Oceania, em especial, da Polinésia e Melanésia e no

nordeste da Austrália. Uma obra importante para as investigações sobre a relação de história e espaço a partir da arte.

Finalizando o Volume 17.1, contamos com a entrevista *Saúde, história e Covid-19: Conhecimentos, argumentos e práticas*, concedida pelo Professor Dr. André Mota, que atualmente dedica-se ao estudo e pesquisa da história da Saúde Coletiva brasileira e suas particularidades no estado de São Paulo. É Professor Associado do Departamento de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP) e Coordenador do Museu Histórico da Faculdade de Medicina (USP). Ao longo de sua carreira produziu obras, como *Tropeços da medicina bandeirante, São Paulo, 1892-1920* e, recentemente, *Tempos cruzados: A saúde coletiva no estado de São Paulo - 1920-1980*. Nessa ocasião, André Mota respondeu questionamentos a respeito de sua trajetória de pesquisa no campo da história da medicina e das doenças, sobre como o saber médico foi usado pelo poder instituído como recurso de controle social, impondo regras, normatizando práticas, segregando grupos e hierarquizando os espaços, e ainda com base em sua experiência de pesquisa, avaliou as ações dos atuais governantes com relação à pandemia causada pelo COVID-19, e como a História, que está constantemente sendo atacada e negada, pode ajudar a sociedade a entender o atual momento pelo qual o Brasil está passando.

O Editor Chefe e a Equipe Editorial da Revista Espacialidades desejam a todos uma excelente leitura!

Lígio José de Oliveira Maia (UFRN) - Editor Chefe

Clara Maria da Silva (UFRN) - Editora Gestora

Thiago Venicius de Sousa Costa (UFRN) - Vice Editor Gestor

Douglas André Gonçalves Cavalheiro (UFRN) - Secretário Geral

Edcarlos da Silva Araújo (UFRN) - Secretário de Comunicação e Mídias Sociais

Andressa Freitas dos Santos (UFRN) - Editora de texto (normatização)



Carlos Augusto Soares Bezerra (UFRN) - Editor de texto (normatização)

Tyego Franklim da Silva (UFRN) - Gerenciador do site

Giovanni Roberto Protásio Bentes Filho (UFRN) - Editor

Matheus Pinheiro da Silva Ramos (UFRN) - Editor

Rannyelle Rocha Teixeira (UFRN) - Editora